



Adiada decisão sobre regras para criação de municípios

Discussão em torno do veto ao projeto que estabelece regras para criação, fusão, desmembramento e incorporação de municípios foi suspensa por manobra regimental dos partidos. Governo enviou ao Congresso ontem proposta alternativa e espera avançar as negociações após o adiamento



Autor do projeto com regras para criação de municípios, Mozarildo Cavalcanti (D) defende, da tribuna, a derrubada do veto presidencial na sessão do Congresso

Análise dos vetos presidenciais na sessão de ontem do Congresso foi adiada após obstrução das votações pelos partidos. O impasse foi causado pela possibilidade de derrubada do veto ao projeto que estabelece regras para a criação de novos municípios, que tem o apoio de parlamentares da base governista.

Governo enviou ontem projeto alternativo e quer negociar com os senadores a redação definitiva. **3**

Incentivo para terra voltar a produzir

O agricultor que quiser recuperar terras degradadas e ampliar áreas agricultáveis — evitando novos desmatamentos e ajudando a reduzir o assoreamento dos rios

— poderá receber recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente, segundo projeto aprovado pela Comissão de Meio Ambiente que pode seguir direto à Câmara. **5**



Jorge Viana (E), relator do projeto sobre recuperação do solo, Humberto Costa, Vanessa Grazziotin e Ivo Cassol na CMA

Aprovado debate conjunto com ministro da Saúde 7

Empréstimos de US\$ 260 milhões para estados vão ao Plenário 4

Renan acompanha Dilma em cerimônias do PAC 2

O presidente do Senado, Renan Calheiros, acompanhou ontem a presidente Dilma Rousseff em visitas a Maceió e Teresina, onde

foram anunciados investimentos e entregues máquinas e equipamentos previstos no PAC 2 Mobilidade Urbana. **5**



Ao lado de Renan, Dilma entregou máquinas e anunciou investimentos

Comissão ouvirá Ministérios do Esporte, Cultura e Educação 6

Parlamentares do G-20 vão discutir corrupção e mídias sociais 8

Cursos do ILB recebem 3 mil matrículas em apenas um dia 2

Coleção Sessões Temáticas

Reforma política, financiamento da saúde e pacto federativo

Conheça o primeiro volume da coleção que apresenta a **íntegra das sessões temáticas**, onde senadores contam com a **participação de especialistas** em livres debates sobre **grandes temas nacionais**.



Faça o download em <http://bit.ly/1e5WFGZ>





Cerimônia de abertura do ano letivo no auditório do ILB teve aula magna com o tema "Eleições 2014 — democracia e Legislativo"

ILB abre ano letivo com palestras sobre eleições

Instituto Legislativo Brasileiro promoveu ontem aula inaugural com o professor Walter Costa Porto e o ministro do TSE Admar Gonzaga Neto no mesmo dia em que recebeu 3 mil inscrições para 27 cursos

O INSTITUTO LEGISLATIVO Brasileiro (ILB) realizou ontem a aula inaugural do ano letivo, com palestras sobre direito eleitoral do professor Walter Costa Porto, do Instituto Brasileiro de Direito Público, e do ministro do Tribunal Superior Eleitoral Admar Gonzaga Neto. Também ontem foram abertas as inscrições para 27 cursos a distância oferecidos pelo ILB — mais de 3.000 pessoas se matricularam no primeiro dia. O instituto está credenciado para dar quatro cursos de pós-graduação em nível de especialização (Direito Legislativo, Administração Legislativa, Comunicação Legislativa

e Ciência Política), além de treinamentos de atualização para servidores do Senado.

Gonzaga Neto disse que a Justiça está preparada para coibir abusos nas campanhas, tendo em vista a nova legislação que tornou mais rígidas as regras de propaganda dos candidatos. Ele citou como exemplo a internet, na qual é livre a manifestação política. No entanto, salientou, a lei criminaliza a contratação de pessoas para atacar adversários. O ministro garantiu que essa e outras práticas serão combatidas "com a ajuda dos próprios candidatos, dos eleitores e do Ministério Público".

Já Costa Porto defendeu o fim das coligações partidárias nas chapas proporcionais e pediu mais atenção à educação política. Ele fez um histórico do Direito Eleitoral no país, passando pelas várias constituintes, tentativas de voto distrital e parlamentarismo.

A aula contou com a presença da diretora-geral-adjunta do Senado, Ilana Trombka, da diretora-executiva do ILB/Interlegis, Elga Lopes, e do presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas, Florian Madruga, diretor da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado.

Malta anuncia pré-candidatura à Presidência

Magno Malta (PR-ES) anunciou ontem em Plenário que é pré-candidato à Presidência da República. Ele comunicou a entrega de uma carta ao PR pleiteando o direito de ser o candidato da legenda nas eleições deste ano. O discurso foi acompanhado por membros de entidades religiosas.

— Este é um dia importante para mim. Nunca escondi de ninguém o meu sonho, o meu desejo de disputar a Presidência da República — disse.

O senador citou trabalhos como presidente da CPI do Narcotráfico e da CPI da Pedofilia.

— Revelei um país que está entre os três maiores abusadores do planeta. E tudo que avançou desde a mudança do Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu tive o orgulho e a alegria de assinar essa lei.

Ele registrou ter apoiado as duas eleições de Luiz Inácio Lula da Silva e a eleição de Dilma Rousseff, mas disse querer fazer "aquilo que não foi feito" nas gestões anteriores, desde Fernando Henrique Cardoso.

O senador lembrou que trabalha com atendimento a dependentes químicos há 35



Senador diz que está pronto para debater com demais candidatos

anos, posicionou-se contrário à tolerância ao uso de drogas, disse que a população precisa ter direito de andar nas ruas sem medo da violência e propôs o fortalecimento da vigilância das fronteiras contra o tráfico de armas e drogas.

Malta explicou que a proposta dele de redução da maioria penal busca uma real recuperação e reinserção de menores que cometem crimes.

— A minha proposta diz o seguinte: qualquer cidadão que comete crime com natureza hedionda perde a minoridade e é colocado na maioria para pagar as penas da lei. Pela minha proposta, fica o

Estado obrigado a construir centros de ressocialização para formação de campeões em esporte de alto rendimento para o país. Não estou falando de cadeia, nem de presídio. Esses meninos podem ser ressocializados, eles podem ser devolvidos, eles podem produzir alegria. Nós podemos tirar o fuzil da mão deles e colocar uma bola de basquete; tirar o fuzil e colocar na cintura deles uma faixa de jiu-jítsu; podemos botar uma luva de campeão na mão deles em vez de uma pistola.

Malta afirmou ainda que está pronto para debater qualquer tipo de tema com os demais candidatos à Presidência e pediu ao PR o direito de viajar por todo o país para discutir com a sociedade.

Em apertes, desejaram boa sorte Lobão Filho (PMDB-MA), Eduardo Lopes (PRB-RJ), Eduardo Amorim (PSC-SE), Sérgio Petecão (PSD-AC), Walter Pinheiro (PT-BA), Blairo Maggi (PR-MT), Pedro Taques (PDT-MT), Waldemir Moka (PMDB-MS), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Randalfe Rodrigues (PSOL-AP).

Ana Amélia defende afastamento de candidatos à reeleição

Ana Amélia (PP-RS) defendeu proposta de autoria dela que prevê o afastamento do cargo para os prefeitos, governadores e presidente da República que venham a disputar a reeleição. A PEC 48/2012 está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Na visão da senadora, a possibilidade de o candidato disputar a reeleição ainda ocupando o cargo no Executivo cria um desequilíbrio danoso ao processo eleitoral.

— A proposta inicial prevê o afastamento por quatro meses antes do pleito, como forma de evitar o desequilíbrio no processo eleitoral e o uso indevido e inadequado da máquina pública para fins eleitorais — argumentou.

Luiz Henrique (PMDB-SC),

relator da proposta, já se manifestou a favor.

No entanto, apresentou uma emenda para diminuir o prazo de afastamento, que deverá ocorrer a partir da data-limite para o registro de candidaturas (em 5 de julho). A mudança, dessa forma, pode diminuir o afastamento de quatro para pouco menos de três meses.



Segundo Ana Amélia, PEC de autoria dela fortalece a democracia

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 18h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pauta trancada

14h As deliberações continuam trancadas pela medida provisória (MP 626/2013) que abre crédito extraordinário ao Fies.

PRESIDÊNCIA Governador alagoano

15h Renan Calheiros se reúne com as lideranças; às 15h30, recebe o governador de Alagoas, Teotônio Vilela, e o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin; às 16h, ordem do dia; às 18h, o deputado Paulinho da Força; às 19h30, posse da diretoria do Conselho Federal de Contabilidade.

CI Recondução na ANTT

7h30 A Comissão de Infraestrutura analisa a recondução de Jorge Luiz Bastos ao cargo de diretor da ANTT e projeto que facilita o controle sobre a composição das tarifas do transporte coletivo.

SUBCOMISSÃO DA VERDADE Jornalistas

9h A Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça ouve membros do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF sobre a violação de direitos humanos contra jornalistas durante a ditadura.

CDR/CMA Produção de carnallita

9h Reunião conjunta das comissões discute a importância da Vale na produção de fertilizantes potássicos, especialmente sobre o potencial industrial da carnallita em Sergipe.

CAS Seguridade social

9h Comissão pode votar projeto assegurando que a parte do orçamento da seguridade social seja utilizada apenas para pagar os benefícios de caráter contributivo da Previdência Social.

CCJ Redução da maioria penal

10h Constam da pauta propostas de emenda à Constituição que tratam da redução da maioria penal, além do projeto que torna obrigatório o recebimento de boletos vencidos em qualquer banco.

MP Mudança tributária

15h Apresentação do relatório da comissão mista que examina a Medida Provisória 627/2013. A MP extingue o Regime Tributário de Transição e altera o Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **7h30**, reunião da **Comissão de Serviços de Infraestrutura** e, às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Rejeição do veto ao projeto que cria regras para a criação de novos municípios gerou divisão até na base do governo, que enviou proposta alternativa ao Congresso

Obstrução na Câmara adia análise de veto às regras para novos municípios

O CONGRESSO NACIONAL adiou a votação de quatro vetos presidenciais que ocorreria ontem. O deputado Andre Vargas (PT-PR), que presidia a sessão, encerrou os trabalhos devido à obstrução de todos os partidos na Câmara dos Deputados. A sessão do Congresso foi remarçada pelo deputado para o dia 18 de março.

A obstrução foi feita durante análise de requerimento do líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), que pedia o encerramento da discussão sobre o veto ao projeto que trata da criação de novos municípios (PLS 98/2002 — Complementar). Com essa postura, os deputados não registram a presença no painel e não é possível votar sem que haja, pelo menos, 257 deputados na sessão.

De acordo com o deputado Moreira Mendes (PSD-RO), o Senado fez uma manobra para



Análise de quatro vetos ficou prejudicada. Congresso Nacional voltará à análise em sessão marcada para 18 de março

prejudicar a derrubada do veto ao PLS 98/2002. O texto, aprovado pelo Senado em outubro de 2013, foi integralmente vetado pela presidente no mês seguinte.

Respondendo a críticas de deputados, o líder do PSDB

no Senado, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), afirmou que os senadores da oposição estavam presentes para votar e que o governo fez uma “manobra sórdida” para providenciar o esvaziamento da sessão.

Também seriam analisados ontem os vetos sobre o repasse de recursos públicos às universidades comunitárias, sobre a normatização da travessia de pedestres próximo às escolas e sobre a condução de veículos de emergência.

Adiamento possibilita negociação de alternativa

Diante da decisão do Congresso de adiar a votação do veto total ao projeto que estipula novas regras para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, o líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), disse que o momento agora é de busca de consenso.

O senador afirmou que está aberta a negociação entre o Congresso e o governo quanto a uma proposta alternativa encaminhada ontem pelo Palácio do Planalto e que também trata da criação de municípios.

— Esta é a Casa da negocia-

ção. Há um projeto já apresentado, que não atende, em grande parte, aos desejos do Nordeste, mas obviamente é um primeiro passo — disse.

O líder do PMDB vislumbra até a possibilidade de a proposta do Executivo ser incorporada a uma medida provisória, se isso for um entendimento entre os líderes no Congresso e a Casa Civil.

— O que interessa é o resultado final. Se tivermos a condição de fazer algo negociado, sem enfrentamento e que atenda à grande maioria dos desejos neste momento,

acho que não há por que a gente radicalizar — disse.

Em entrevista mais cedo à Agência Senado, o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), afirmou que o novo texto respeita as diferenças no país. De acordo com ele, a proposta do Executivo é mais adequada à realidade de cada uma das cinco regiões brasileiras quanto à criação de novos municípios.

Oposição

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), o adiamento da votação do veto ao PLS 98/2002 ocorreu

porque o governo federal temia uma derrota, uma vez que havia um movimento forte na Câmara pela derrubada do veto.

Apesar de considerar legítimo o uso do Regimento do Congresso Nacional para adiar o exame dos vetos, Alvaro está preocupado com os rumos das negociações.

— Usar o regimento para ganhar tempo é legítimo. O que não é legítimo é barganhar com recursos públicos, com cargos públicos, e o nosso receio é que o governo tenha tempo para isso — disse.

Governo envia esboço de projeto mais detalhado

Para garantir a manutenção do veto, o governo enviou o esboço de projeto alternativo mantendo regras mais flexíveis para o Norte e o Centro-Oeste, mas dificultando o desmembramento de municípios nas Regiões Nordeste, Sul e Sudeste. A ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, vai negociar com senadores a redação da proposta.

A ideia é exigir, por exemplo, mais assinaturas de eleitores na petição do plebiscito que consulta a população sobre a conveniência de criar ou incorporar novas cidades nessas três regiões. Além disso, os municípios precisam ter mais habitantes para serem criados ou desmembrados de outros.

— A Região Sul tem uma

divisão do território em municípios bem consolidada. Por outro lado, no Norte há municípios maiores que alguns estados, o que dificulta muito a governabilidade dessa região — disse o líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM).

Questionado sobre a proposta feita pelo governo em contraponto à dele, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), autor do PLS 98/2002 — Complementar, disse que nem sequer lerá o novo texto.

— Meu projeto tramitou aqui no Congresso mais de dez anos. E agora, depois de aprovado, o governo vem propor uma outra lei? Por que não fez isso há dois anos?

Humberto Costa (PE), líder do PT, disse que essa “primeira



Proposta apresentada pela ministra Ideli Salvatti define regras regionais

formulação está sendo apreciada para ver se ela pode ser o projeto de consenso”. O esboço, contudo, pode não ter adesão de dois importantes partidos da base: PTB e PMDB, que têm, respectivamente, 6 e 20 senadores — a maior bancada da Casa. Os líderes passaram

a tarde reunidos, mas sabe-se que os dois partidos liberaram as bancadas para deixar claro o descontentamento com a indefinição sobre a reforma ministerial.

Ana Amélia (PP-RS) disse que o projeto do governo não oferece a possibilidade de distritos distantes do centro administrativo serem anexados a outro município cujo centro está mais próximo. Esse seria o interesse do Rio Grande do Sul no projeto, porque há dois distritos de São Francisco de Paula que estão mais próximos do centro de Caxias do Sul. Ela admitiu que, além de federativa, a questão é eleitoral.

— O componente eleitoral também vai pesar nesse processo porque o voto é aberto.

Mozarildo quer derrubada do veto ao PLS 98/2002

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou, durante sessão do Congresso destinada à análise de vetos presidenciais, que o projeto que estabelece regras para a criação de municípios (PLS 98/2002 — Complementar), ao contrário do que afirmou a presidente Dilma Rousseff quando justificou o veto total à matéria, não vai aumentar os gastos públicos.

Autor do texto, ele destacou que, se as regras forem mantidas, serão criados no máximo 180 municípios nos próximos anos. O senador ressaltou que o projeto cria regras que nunca existiram no país e se mostrou satisfeito com a votação aberta.

— Fico feliz que esse veto seja aberto porque já vimos projetos que foram aprovados por maioria esmagadora na Câmara e no Senado, o presidente veta e aqui se mantém o veto no escondidinho do voto secreto. Como não tem mais voto secreto, vamos ver como se comportam essas pessoas — disse.

O parlamentar lembrou que o projeto está tramitando há 12 anos no Congresso Nacional.

Contra veto, senadores apoiam direito à emancipação

Em pronunciamento ontem, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu a rejeição do veto à lei que fixa critérios para criação, fusão e desmembramento de municípios.

Ele disse que essa lei é importante principalmente para os distritos mais distantes das sedes municipais, como ocorre com muitas áreas do estado do Pará.

Relator no Senado, Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu a necessidade e o direito de criação de 180 municípios, sob novas regras que não sobre-carreguem o erário.

No mesmo sentido, Ivo Cassol (PP-RO) argumentou que as atuais restrições à criação de municípios prejudicam especialmente a Região Norte, onde, segundo ele, muitos distritos estão entregues “às traças”.

Mário Couto (PSDB-PA) criticou os gastos com a Copa do Mundo e com viagens internacionais da comitiva presidencial para contestar o argumento de que a criação de municípios aumentaria os gastos públicos.

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou operações de crédito para o Rio Grande do Sul, no valor de US\$ 200 milhões, e para o Paraná, de US\$ 60 milhões. Os pedidos tramitam com urgência



Relator do crédito externo para o Rio Grande do Sul, Pimentel (D) conversa com Armando na reunião da CAE

Empréstimos para estados seguem para o Plenário

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem dois pedidos de autorização para contratação de operação de crédito externo em favor de estados, no montante de US\$ 260 milhões. Por decisão da comissão, os dois pedidos seguiram em regime de urgência para deliberação do Plenário.

O empréstimo de maior valor, US\$ 200 milhões, destina-se ao Rio Grande do Sul. O dinheiro, que virá do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), visa ajudar a melhorar o equilíbrio fiscal. O relator, José Pimentel (PT-CE), manifestou-se favoravelmente à proposta.

Paraná

A outra operação, no valor de US\$ 60 milhões, será assinada entre o BID e o Paraná. Os recursos serão usados no Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana — Família Paranaense. O relatório de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), foi favorável.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) negou qualquer tratamento discriminatório do governo federal ao Paraná, cujo governador, Beto Richa, é do PSDB. De acordo com a senadora, que foi ministra da Casa Civil até janeiro, o pedido do estado foi analisado e encaminhado ao Senado em menos de 30 dias.

Já Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que há discriminação ao estado e citou como exemplo a dificuldade enfrentada pelo Paraná para obter recursos do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (Proinveste). O objetivo dessa iniciativa é aumentar a capacidade de investimento dos estados e do Distrito Federal para viabilização de despesas de capital.

Gleisi quer voto de censura a avaliação do FED sobre o Brasil

A CAE debateu ontem o anúncio feito por Gleisi Hoffmann (PT-PR) de que apresentará voto de censura à avaliação do Federal Reserve (FED), banco central dos Estados Unidos, classificando a economia brasileira como a segunda mais vulnerável entre 15 países emergentes, à frente apenas da Turquia.

O vice-presidente da comissão, Luiz Henrique (PMDB-SC), disse que o tema pode ser abordado na audiência trimestral de 18 de março com o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), o voto de censura pode ter efeitos negativos. Eventual rejeição pode ser interpretada como apoio ao

FED, mas a aprovação pode politizar um assunto “que deve ser analisado tecnicamente”.

Segundo Gleisi, a ação do FED tende a interferir nos mercados de investimentos: a divulgação do relatório derubou o Ibovespa e provocou elevação da cotação do dólar.

Já Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o próprio Banco Central reavalia a previsão sobre o crescimento da economia do Brasil, “puxando para baixo [para 1,7%] o crescimento do produto interno bruto [PIB] em 2014”.

Para Armando Monteiro (PTB-PE), a análise do FED pode ter sido contaminada por fatores conjunturais, mas ele sugeriu ajustes na matriz macroeconômica brasileira.



Gleisi Hoffmann criticou avaliação do banco dos EUA, presidido por Janet Yellen

Alterado cronograma de debates sobre MP de regras tributárias

A comissão mista responsável por analisar a Medida Provisória 627/2013, que promove alterações em regras tributárias e contábeis, alterou o cronograma das audiências públicas agendadas para debate do assunto.

O primeiro encontro, inicialmente marcado para amanhã, foi transferido para outra data a ser confirmada pelos parlamentares. Está mantida a audiência agendada para 26 de fevereiro.

Participarão dos encontros representantes

do Ministério da Fazenda, da Receita Federal, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), além de advogados tributaristas.

A apresentação do relatório do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) foi mantida para hoje, às 15h.

Paulo Bauer acusa governo de descaso com Santa Catarina

Paulo Bauer (PSDB-SC) disse ontem que o cancelamento da licitação para a duplicação do lote 1 da BR-280, entre São Francisco do Sul e o entroncamento da BR-101, é mais um exemplo do descaso do governo com Santa Catarina.

Segundo o senador, a duplicação foi licitada pela primeira vez em 2002, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, só que não foi realizada pelo governo Lula. Bauer informou que, em 2007, a duplicação do trecho 1 da BR-280 foi incluída no Programa de Aceleração do Crescimento, mas até hoje não saiu do papel e, agora, “a obra voltou à estaca zero”.

— Como é possível, depois de mais de dez anos de espera, o Dnit simplesmente cancelar a licitação?



Pedro França/Agência Senado

A obra da BR-280 voltou à estaca zero após dez anos, afirma Bauer

Bauer registrou ter sido eleito o quarto melhor senador de 2013, no ranking do progresso, da revista *Veja*. O ranking leva em conta as contribuições dos parlamentares para a construção de um Brasil mais moderno.

O senador também informou que esteve ausente do Senado nas duas primeiras semanas de fevereiro porque fez uma cirurgia no final do recesso parlamentar.

Novo indexador das dívidas estaduais deve ser votado hoje

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vai deliberar hoje requerimento de Luiz Henrique (PMDB-SC) ao projeto de lei que altera o indexador dos contratos de refinanciamento das dívidas entre União, estados e municípios.

O senador informou que o requerimento deverá ser colocado em votação na Comissão Assuntos Econômicos (CAE) provavelmente na próxima terça-feira.

Relator do projeto, o parlamentar admitiu que

a mudança do indexador do IGP-DI mais juros entre 6% a 9% para o IPCA mais juros de 4% reduzirá o pagamento de encargos das dívidas de Santa Catarina em R\$ 250 milhões só este ano. Se a proposta for aprovada, quando o estado quitar a dívida, em 2028, terá economizado R\$ 2,2 bilhões.

A dívida dos estados com a União teve os valores recalculados em 1998, com a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Comissão de Orçamento adia reunião para amanhã

A reunião extraordinária da Comissão Mista de Orçamento (CMO) de ontem foi suspensa por falta de quórum. O presidente do colegiado, senador Lobão Filho (PMDB-MA), agendou a retomada da reunião para amanhã, às 18h.

Em entrevista à Agência Senado, Lobão negou haver qualquer tipo de impasse político que esteja impedindo a comissão de alcançar o quórum neste ano. O senador disse que essa dificuldade é comum em início de ano.

— Que a oposição não venha eu até entendo, mas a base precisa vir para aprovar as contas do Lula e da Dilma — observou Lobão.

Ele estava se referindo a dois avisos que estão na pauta da CMO com prestações de contas do governo Lula, no



Pedro França/Agência Senado

Lobão Filho diz que dificuldades de quórum são comuns no início do ano

ano de 2009, e do primeiro ano do governo Dilma Rousseff (2011). Ambos os itens foram retirados de pauta na última reunião a pedido do deputado Claudio Cajado (DEM-BA).

Também na pauta, está o requerimento que convoca o ministro das Cidades, Aguiinaldo Ribeiro, para prestar esclarecimentos sobre critérios utilizados nos empenhos das emendas parlamentares do orçamento impositivo.

Fundo poderá ajudar a recuperar terra degradada

Trechos abandonados em propriedades rurais podem voltar a ser produtivos sem necessidade de novos desmatamentos, segundo projeto que segue agora para análise da Câmara dos Deputados

AGRICULTORES PODERÃO TER recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente para recuperar terras degradadas e ampliar áreas agricultáveis. Essa possibilidade consta de projeto (PLS 606/2007) aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), em decisão terminativa (se não houver recurso para votação em Plenário, vai direto para a Câmara). O autor da proposta, o ex-senador Valter Pereira, argumenta que existem nas propriedades rurais parcelas antes exploradas que hoje estão abandonadas por estarem degradadas. Com o projeto, ele quer possibilitar que essas terras voltem a ser produtivas.

A recuperação de áreas degradadas, observou o autor, também contribui para reduzir o assoreamento dos rios, por aumentar a capacidade de absorção de água da chuva pelo solo. O relator, Jorge Viana (PT-AC), concorda com a adoção de medidas que permitam o aumento da produção agrícola sem novos desmatamentos.

O projeto modifica a Lei 7.797/1989 para incluir a recuperação de áreas degradadas entre as prioridades, que já incluem unidades de conservação, extensão florestal, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, educação ambiental e aproveitamento



Recuperação de áreas degradadas seria incluída entre prioridades do fundo

econômico sustentável da flora e fauna nativas.

Viana apresentou substitutivo para corrigir falhas de técnica legislativa. Ele também

acatou emenda de redação aprovada nas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Viana manifesta apoio a atingidos por enchentes

Jorge Viana (PT-AC) lamentou a situação das enchentes que atingem o Acre e manifestou solidariedade às famílias atingidas. Com o transbordamento do Rio Madeira e do Rio Acre, algumas estradas estão interditadas e quatro cidades já decretaram situação de emergência.

Segundo o senador, o governador Tião Viana tem procurado tomar as medidas possíveis para minimizar a situação, tendo inclusive entrado em contato com autoridades do Peru para garantir o abastecimento de combustível no estado. O senador pediu calma à população e garantiu que não haverá falta de combustível.

O senador acriano reconheceu que algumas moradias no estado estão em lugares de risco e lamentou que as ações de socorro tenham

tido mais espaço que as ações de prevenção.

— A ONU diz que para cada real que se gasta na prevenção se economizam sete reais no socorro e na ação após as tragédias ambientais ocorrerem — declarou.



Viana pede calma à população e diz que não faltará combustível

Gurgacz pede ajuda federal contra cheia do Rio Madeira

A forte cheia do Rio Madeira e de seus afluentes ameaça Rondônia, disse Acir Gurgacz (PDT-RO). Segundo o senador, milhares de famílias estão desabrigadas e comunidades estão isoladas, sem acesso a comida e água potável. Muitas pessoas tiveram de paralisar suas atividades comerciais e produtivas. Para ele, os estragos podem ser minorados se o governo federal liberar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para as famílias e recursos emergenciais para os municípios atingidos pela enchente.

— Os ribeirinhos vivem da lavoura, da pesca, da pecuária, da bacia leiteira. Têm pequenas propriedades e precisam de apoio. O Rio Madeira está 17,70 metros acima do nível normal em Porto Velho, superando em 21 centímetros a marca histórica de 1997 — disse.

Gurgacz informou que o ministro Francisco Teixeira, da Integração Nacional, o governador Confúcio Moura, o prefeito de Porto Velho, Mauro Nazif, e uma equipe técnica sobrevoaram as áreas atingidas.



Gurgacz relata as dificuldades dos ribeirinhos em Rondônia

Ligações telefônicas sem identificação podem ser proibidas

Empresas de telefonia fixa ou móvel poderão ser proibidas de oferecer serviço que impeça a identificação do número originador da chamada e também de cobrar valor adicional pelo serviço de identificação do número que fez a ligação. As medidas visam impedir ligações que permitam o anonimato de quem discou, como as que, em vez de informar o número de origem, dispõem as expressões “bloqueado”, “restrito” ou “não identificado”.

As normas estão no PLS 433/2013, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA). Vital ressalta que chamadas não identificadas têm sido utilizadas pelo crime organizado, estelionatários e chantagistas. Ele lembra casos de pessoas que morreram de infarto durante o golpe do sequestro por telefone.

Se o número do telefone fosse identificado, diz ele, a polícia poderia rastrear e prender os bandidos. Mas essa possibilidade se perde pela demora do procedimento previsto na legislação em vigor, favorecendo o bandido, “que tem por hábito mudar de



Vital diz que o recurso é usado em falsos sequestros por telefone

celular rotineiramente”.

Vital também quer evitar que ligações do tipo “restrito” ou “não identificado” sejam usadas por call center, telemarketing ou empresas de cobrança para campanhas agressivas ou assédio moral, ferindo direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor.

Ele quer assegurar que, em todas as ligações telefônicas, seja informado número de telefone de quem discou, de forma a permitir o imediato retorno da chamada, se necessário.

O relator da proposta na CMA, Ivo Cassol (PP-RO), apresentou mudanças para aperfeiçoar a redação das normas legais propostas, reunidas em um substitutivo. O projeto segue para análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Renan acompanha Dilma em anúncio de investimentos do PAC

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem, ao lado da presidente Dilma Rousseff, de anúncios de investimentos do PAC 2 Mobilidade Urbana em Teresina e Maceió.

Na capital do Piauí, foram entregues cinco motoniveladoras e 35 pás carregadeiras para 40 municípios, beneficiando 190 mil habitantes.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com essa entrega, o estado recebeu 932 máquinas, beneficiando 222 municípios com até 50 mil habitantes. A previsão é que sejam doados mais 136 equipamentos, com investimento de R\$ 40 milhões.

Já em Maceió foram entregues os dois últimos cami-

nhões-pipa previstos para os municípios de Alagoas e 17 caminhões-caçamba para estruturação e conservação de estradas vicinais.

Com a entrega dos caminhões, chega a 310 o total de máquinas doadas para municípios do estado por meio do PAC 2.

O investimento feito foi de R\$ 4,7 milhões, que beneficiarão aproximadamente 20 mil famílias, de acordo com a Presidência da República.

Dilma anunciou que o governo vai repassar R\$ 400 milhões para Alagoas investir em transporte público.

A presidente destacou a implantação de dois veículos leves sobre trilhos e dois corredores para os ônibus coletivos.



Em Alagoas, Renan participa com Dilma da cerimônia sobre mobilidade urbana

Ministros serão convidados para expor prioridades

Universidades particulares e museus estão entre os temas da pauta. Titulares da Educação, da Cultura e do Esporte devem comparecer anualmente à comissão para cumprir Regimento Interno do Senado

OS MINISTROS DA Educação, Henrique Paim; da Cultura, Marta Suplicy; e do Esporte, Aldo Rebelo, serão convidados a expor no Senado diretrizes e prioridades para este ano. Eles serão recebidos na Comissão de



Henrique Paim, Marta Suplicy e Aldo Rebelo devem ir à Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Educação, Cultura e Esporte (CE), atendendo o Regimento Interno do Senado, que prevê comparecimento anual. O requerimento foi aprovado ontem por sugestão de Cyro Miranda (PSDB-GO), que preside a CE, e Ana Amélia (PP-RS).

A situação das universidades particulares e as condições em que se encontram os museus do país serão abordadas nas audiências com Paim e com Marta, por sugestão de Cristovam Buarque (PDT-DF). Ele observou que cabe ao Ministério da Educação autorizar e acompanhar as atividades das instituições de ensino superior, tanto do ponto de vista pedagógico e da qualidade da educação quanto da “estabilidade do sistema”. O senador destacou o recente fechamento de duas

grandes universidades no Rio de Janeiro — a Gama Filho e a UniverCidade — e disse que os problemas se relacionam a universidades que formam grandes conglomerados empresariais nascidos de “negócios milionários” na aquisição e venda de instituições de ensino superior.

— Acho que existe uma bolha, pois o valor de mercado não corresponde ao preço delas. E, quando a bolha estourar, quem vai pagar o pato é o aluno — alertou.

Com relação aos museus, Cristovam entende ser necessário debater medidas para superar dificuldades legais e institucionais, num quadro que determina o fechamento de unidades ou a manutenção de atividades precárias, além de incidentes como o incêndio que fechou as portas do Liceu

de Artes e Ofícios de São Paulo.

A CE aprovou também pedido de Ana Amélia para debater em audiência a criação de exame nacional para professores da educação básica, a ser aplicado a partir de futuros processos seletivos. Outro item aprovado foi a inclusão de debatedores em audiência para tratar da situação das obras relacionadas à Copa do Mundo e ao legado do evento. Entre os convidados, está Rafael Jardim Cavalcante, assessor do ministro do Tribunal de Contas da União Valmir Campelo, relator dos processos sobre a Copa.

— É importante ouvir o Tribunal de Contas e especialistas sobre o monumental desperdício de recursos, as obras que não saíram do papel e as que estão com enorme atraso — disse Alvaro Dias (PSDB-PR), que pediu a audiência.

Comissão quer informações sobre uso dos recursos do Fust

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem pedido de informações ao ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, sobre a aplicação de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) na educação.

Auditoria realizada no fundo, em 2005, pelo Tribunal de Contas da União (TCU) revelou que, em vez de ser aplicada em projetos de inclusão digital na rede pública de ensino, a arrecadação do Fust estava servindo apenas para compor o superávit primário das contas públicas.

— Embora as conclusões do trabalho realizado pelo TCU possam ser objeto de arquivamento, as preocupações que levaram à propositura da auditoria remanesçam atuais — disse o relator do processo na CE, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Humberto Costa aponta méritos do Bolsa Família e critica PSDB



Moreira Moritz/Agência Senado

O líder do PT, Humberto Costa (PE), destacou ontem os méritos do Bolsa Família e criticou as propostas de Aécio Neves (PSDB-MG) que tratam do programa. O senador disse que o povo não enxerga competência na oposição e teme um retrocesso no setor e a criação de insegurança jurídica.

— Com atraso de uma década, o PSDB vem mostrar preocupação com a erradicação da pobreza, propondo medidas inócuas e eleitoreiras. É comovente assistir a essa assunção de culpa por um partido que, quando governou, atendeu dez vezes menos brasileiros com programas sociais do que os governos do PT — disse.

Redução da maioria penal e terrorismo na pauta dos líderes

Foi transferida de ontem para hoje, às 15h, a reunião que o presidente do Senado, Renan Calheiros, marcou com os líderes partidários para definir a pauta de projetos prioritários a serem votados no primeiro semestre. Dois projetos concentram a atenção dos senadores — o que tipifica o crime de terrorismo e o que a reduz a maioria penal.

O líder do governo, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), reconheceu na manhã de ontem que o Executivo está apreensivo com a possibilidade de redução da idade penal.

— O governo entende que reduzir a maioria penal pode trazer consequências sociais tremendas para o país. Quanto ao projeto do terrorismo, o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) vai apresentar um substitutivo para termos uma síntese do que há de melhor entre todos os textos que tramitam na Casa — disse.

A redução da maioria

penal, hoje fixada em 18 anos, é objeto de seis propostas de emenda à Constituição. Mas o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), pede o arquivamento de cinco delas e a aprovação da PEC 33/2012, de autoria de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Por essa proposta, jovens maiores de 16 anos poderão cumprir penas equivalentes às dos adultos em crimes como tortura, terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins. A penalidade poderá ser imposta ainda em casos de múltiplas repetições de lesão corporal grave ou roubo qualificado.

O projeto que tipifica o terrorismo (PLS 499/2013), a ser examinado pelo Plenário na forma de substitutivo, prevê pena de 15 a 30 anos para a prática de terrorismo e de 24 a 30 anos se do crime resultar em morte.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Eduardo Braga e Ricardo Ferraço em Plenário

Federalização de crimes contra jornalistas tramita no Senado

A transferência para a esfera federal dos julgamentos de crimes contra jornalistas, discutida ontem em reunião no Ministério da Justiça, está sendo examinada no Senado desde 2010. Encontra-se na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) um texto substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15/2010, apresentada naquele ano pelo então senador Roberto Cavalcanti.

O substitutivo foi apresentado pelo relator da matéria e atual presidente da CCJ,

senador Vital do Rêgo (PMDB-PB). Ele rejeitou no relatório a federalização automática desse tipo de crime, que voltou a chamar a atenção da sociedade com a morte, na semana passada, do cinegrafista Santiago Andrade, ferido em protesto no Rio de Janeiro.

Vital propõe que os crimes contra jornalistas sejam levados à instância federal só no caso de ferirem a liberdade de imprensa e por meio de um mecanismo constitucional chamado deslocamento de competência (IDC).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Ciro Miranda (E) conversa com Alvaro Dias durante sessão da CMA que aprovou requerimento de Aloysio Nunes Ferreira (C) para convidar o ministro da Saúde

Ministro da Saúde deve participar de audiência conjunta no Senado

Recém-empossado no cargo, Arthur Chioro terá chance de apresentar planos para a pasta e explicar vínculo com empresa da área

O MINISTRO DA Saúde, Arthur Chioro, deve participar de audiência conjunta nas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Sociais (CAS). Requerimento propondo o debate na CMA foi aprovado ontem e se soma a convite ao ministro já aprovado na CAS, proposto por Humberto Costa (PT-PE).

Na CMA, o requerimento foi apresentado por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que quer saber qual é a relação do novo ministro com empresa de consultoria na área da saúde que presta serviços para municípios paulistas. Segundo observou o parlamentar, Chioro deixou a empresa, mas transferiu as cotas dele à esposa, o que, para Aloysio, indicaria que o ministro mantém interesse no negócio.

Conforme Humberto, o ministro já havia manifestado interesse em debater no Senado os planos dele para a pasta, o que motivou a aprovação da audiência pública na CAS. Com a audiência conjunta, diz o líder do PT, os senadores poderão não só conhecer as prioridades e programas do Ministério da Saúde, mas também questionar o ministro sobre outros assuntos.

Aeroporto de Belém

Preocupados com as condições da pista principal do Aeroporto Internacional de Belém, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) aprovaram requerimento na CMA para que autoridades do setor aéreo expliquem por que a pista reformada recentemente não apresenta condições de receber voos em dias de chuva.

No requerimento, os senadores sugerem que seja convidado, entre outros, Antonio Gustavo Matos do Vale, presidente da Infraero.

Rejeitada atribuição de controle de obra pública ao Confea

Foi rejeitado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) projeto que obrigaria o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) a apresentar relatório anual sobre a situação de obras realizadas com recursos públicos que estejam atrasadas ou paralisadas.

De acordo com o Projeto de Lei do Senado (PLS) 58/2008, de Fernando Collor (PTB-AL), o relatório do Confea seria elaborado a partir de informações dos conselhos regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e reforçaria o trabalho dos órgãos de controle externo e interno da União.

O relator na CMA, Eduardo Amorim (PSC-SE), apresentou voto favorável ao texto, acatando emendas aprovadas quando da tramitação da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e incluindo novos ajustes à

proposta. Mas o relatório foi derrotado ontem, com 8 votos contra e apenas 2 a favor.

Ao votar contra o parecer do relator, Jorge Viana (PT-AC), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Blairo Maggi (PR-MT) e Ivo Cassol (PP-RO) argumentaram que a fiscalização de obras públicas já é feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pelo Ministério Público e por órgãos de controle nos estados e nos municípios. Na opinião

dos parlamentares, envolver os conselhos de engenharia nesse processo não ajudaria a evitar a paralisação ou o atraso de obras.

Na reunião, diversos senadores elogiaram a iniciativa de Collor de buscar suprir a falta de fiscalização in loco das obras e o esforço de Amorim em aperfeiçoar o texto. No entanto, a maioria votou contra por discordar da nova atribuição dada pelo projeto aos conselhos de engenharia.



Relatório de Amorim era favorável, mas foi derrotado por 8 votos a 2

Tuma Junior não será ouvido sobre denúncias em livro

Foi rejeitado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) requerimento de Alvaro Dias (PSDB-PR) propondo que o delegado Romeu Tuma Junior fosse convidado para falar aos senadores sobre denúncias contra autoridades do governo federal.

O delegado é autor do livro *Assassinato de Reputações — um crime de Estado*, no qual, conforme Alvaro, acusa o governo de forjar dossiês para prejudicar adversários, de politizar a Polícia Federal e de usar órgãos de segurança para alcançar objetivos políticos.

Contra o requerimento, Humberto Costa (PT-PE)

argumentou que convite semelhante já havia sido rejeitado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e que a denúncia apresentada por Tuma Junior deve ser investigada pela polícia e pelo Ministério Público.

Alvaro argumentou que os acusados, se consideram as denúncias falsas, deveriam ter processado o autor por calúnia. Como isso não foi feito, ele decidiu reapresentar o requerimento, agora na CMA, mas não conseguiu obter os votos para aprovar a matéria.

As denúncias

Tuma Junior foi delegado da Polícia Civil de São

Paulo, deputado estadual e secretário nacional de Justiça entre 2007 e 2010, durante o governo Lula. Perdeu o cargo ao ser acusado de envolvimento com a máfia chinesa, denúncia que atribui à intenção da cúpula do PT de persegui-lo. No livro, ele afirma, entre outras coisas, que o ex-presidente Lula foi informante da ditadura militar e que o atual ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, admitiu que petistas fizeram caixa dois para financiar campanhas eleitorais na época em que Celso Daniel — assassinado em 2002 — era prefeito de Santo André (SP).

Paim teme retrocesso na integração de deficientes ao trabalho

Paulo Paim (PT-RS) está preocupado com três projetos que flexibilizam a lei de cotas para contratação de pessoas com deficiência. A cota é de 2% a 5% do número de trabalhadores de empresas com mais de 100 empregados, explicou o senador.

Uma das propostas permite que a empresa possa levar em conta aprendizes deficientes. Outra dá o direito de escolher entre a contratação de pessoas com deficiência e o patrocínio de atletas paraolímpicos. A terceira prevê multa às empresas que não cumprirem a Lei de Cotas. Para Paim, os projetos vão na contramão da tendência atual de integrar as pessoas. De acordo com o DataSenado, disse ele, aumentou de 55%, em 2010, para 66,5%, em 2013, o número de pessoas com deficiência que realizam alguma atividade remunerada.

— É preciso elaborar políticas públicas que visem à formação técnica e à qualificação de pessoas com deficiência. Mas isso não nos deve deixar esquecer que a maior barreira ainda é o preconceito.

Couto diz que protestos mostram que o povo não aguenta mais

Mário Couto (PSDB-PA) disse ontem que o povo não aceita mais a situação vivida pelo país e isso fica claro pelas diversas manifestações. Ele afirmou que as cidades enfrentam sérios problemas, como o aumento da violência, mas o Executivo alega não ter dinheiro para investir nos municípios. Apesar disso, “o governo gasta bilhões e bilhões na construção de estádios para a Copa do Mundo”, reclamou Couto.

— Pode-se gastar em coisas supérfluas, mas não se pode gastar em coisas que dão à sociedade a devida condição de viver bem. Ninguém sabe o que pode acontecer amanhã nesta pátria. Semana passada, foi um brasileiro que tombou nas ruas vítima de um assassinato cruel numa passeata. Aliás, passeatas, já se perdeu a conta. O povo brasileiro está revoltado, não aguenta mais.

Segundo Couto, os Poderes da República estão desmoralizados e o povo não confia mais nem no Executivo nem no Legislativo. Resta apenas um pouco de confiança no Judiciário, comentou o senador.

Geração de emprego, previdência internacional, mídias sociais e combate à corrupção estão entre os temas do encontro internacional de parlamentares, que neste ano vai acontecer em Brasília

Marcos Oliveira/Agência Senado



Romero Jucá (C) coordena a primeira reunião da equipe organizadora do evento que acontecerá na capital federal

Grupo agenda fórum do G-20 para 6, 7 e 8 de agosto

O GRUPO DE trabalho que organiza o 5º Fórum de Consulta de Presidentes de Parlamento do G-20 se reuniu pela primeira vez ontem para decidir a data e o tema do evento, que vai ocorrer em Brasília. Comandado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) e pelo deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), o grupo pretende fazer o fórum nos dias 6, 7 e 8 de agosto para debater temas como geração de emprego e previdência internacional, combate à corrupção e mídias sociais.

O G-20 é um grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia. Os participantes da reunião decidiram formular um documento para os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, que precisam aprovar as sugestões do grupo. O tema central proposto foi “Por uma diplomacia parlamentar ativa: o papel do Legislativo e sua articulação internacional”.

O grupo também vai organizar delegações para entregar os convites aos países do G-20,

além da Colômbia e da Espanha. Os parlamentares querem ainda conseguir a participação dos Estados Unidos.

Para Ana Amélia (PP-RS), os temas são de extrema relevância para os parlamentos de todos os países e o Brasil deve ser protagonista entre as principais economias.

— Esse é realmente um grande momento de firmar o Parlamento brasileiro, a diplomacia brasileira, em alguma medida, no fortalecimento das relações e na colocação de temas que são cruciais.

Experiências e ações

Jucá disse que o Brasil é uma referência mundial não só no esporte, mas na economia e na política. Para o senador, do evento podem surgir iniciativas de projetos de lei que sejam de interesse público para o Brasil.

— Um encontro como esse traz contribuições no mundo todo com visões distintas, mas complementares, no sentido de trazer experiências, vivências, novas ações, novas propostas. E o resultado do en-

contro sem dúvida nenhuma será a apresentação de uma série de projetos desse grupo para contribuir com a sociedade brasileira — afirmou.

De acordo com Vaccarezza, os custos do evento serão mínimos, já que cada país vai arcar com as despesas das delegações. O deputado destacou o tema da previdência internacional como um dos mais importantes, já que há empresas brasileiras no mundo inteiro e trabalhadores estrangeiros no Brasil que ainda não têm uma solução internacional para a questão previdenciária.

Também fazem parte do grupo de trabalho que organiza o fórum no Brasil os senadores Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Humberto Costa (PT-PE), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e os deputados Sandro Mabel (PMDB-GO), Otavio Leite (PSDB-RJ), João Maia (PR-RN) e Mara Gabrilli (PSDB-SP).

O fórum do Parlamento do G-20 já foi realizado no Canadá, na Coreia do Sul, na Arábia Saudita e no México.

Inácio registra participação em encontro latino-americano

Inácio Arruda (PCdoB-CE) registrou a participação em encontro da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) em



Moreira Moritz/Agência Senado

Havana, Cuba, em janeiro. O senador frisou a importância do evento para o compromisso de paz e desenvolvimento na América Latina, e cobrou maior envolvimento do Congresso em organismos multilaterais como a Celac.

Defendeu a contribuição brasileira para a construção do Porto de Mariel, em Cuba, e ressaltou os benefícios do financiamento para a economia brasileira.

— Alguns fizeram referências aos financiamentos do BNDES. Mas o BNDES produziu financiamento que envolve 350 empresas brasileiras que geraram mais de 100 mil postos de trabalho no nosso país — disse.

Cristovam teme descrédito do Brasil no cenário mundial

A credibilidade da economia brasileira no cenário internacional não está boa, na opinião de Cristovam Buarque (PDT-DF).



Pedro França/Agência Senado

A afirmação foi feita pelo senador ao comentar o relatório do Federal Reserve, banco central norte-americano, que considera o Brasil um país com economia bastante vulnerável.

O relatório analisou a política monetária de 15 países emergentes e o Brasil ficou em penúltimo lugar, à frente

apenas da Turquia. Cristovam afirmou que o governo brasileiro precisa agir.

Na avaliação dele, é preciso, por exemplo, reduzir os

gastos públicos:

— É uma triste constatação de que alertas feitos por tantas pessoas, tantos economistas no Brasil sobre a política econômica brasileira estejam sendo confirmados por fontes insuspeitas que fazem análises cuidadosas e técnicas — disse.

Vanessa Grazziotin rebate análises negativas da economia

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) rebateu as análises negativas dos índices econômicos, que têm como objetivo passar a ideia de que a economia está



Pedro França/Agência Senado

verdade, disse a senadora.

A parlamentar também manifestou discordância daqueles que afirmam que o superávit primário de 2013 foi pequeno e que o governo deve conter os gastos correntes

para aumentá-lo este ano. Ela entende que reduzir esses gastos seria ruim para o país porque significaria menos dinheiro para a saúde, a educação e os recursos humanos.

Vanessa apontou como um dos dados positivos de 2013 o incremento dos investimentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na Região Norte.

Cyro cobra esclarecimentos de denúncias contra a Petrobras

Cyro Miranda (PSDB-GO) cobrou do governo explicações sobre denúncia publicada pela revista *Veja* de que diretores da Petrobras teriam recebido propina da empresa holandesa SBM Offshore, que tem contratos com a estatal.

Segundo o senador, a denúncia vem de um ex-funcionário da SBM, que apontou uma rede de corrupção em diversos países e enviou documentos ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos e ao Ministério Público da Holanda.

No Brasil, disse o parlamentar, o esquema seria coman-

dado pelo empresário Julio Faerman, dono das empresas Faercom e Oildrive.

Cyro lembrou o prejuízo de mais de US\$ 1 bilhão sofrido pela Petrobras no caso da Refinaria de Pasadena (EUA), durante a gestão de Sergio Gabrielli, no governo Lula.

Além disso, o senador criticou o que chamou de “aparelhamento político” da Petrobras pelo PT e aliados.

— O governo da presidente Dilma deve uma satisfação à sociedade sobre a gestão da Petrobras, um dos maiores patrimônios da nação.

Diretor-geral da OMC deve vir a audiência conjunta

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), aprovou requerimento de Luiz Henrique (PMDB-SC) para que o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), embaixador Roberto Azevêdo, seja ouvido, em audiência pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores, sobre as perspectivas do comércio multilateral após a eliminação dos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos.

O senador requer que na audiência Azevêdo detalhe os avanços da 9ª Conferência Ministerial da OMC, em

Bali, na Indonésia — onde a organização fechou acordo histórico nesse sentido para facilitar o comércio global.



Geraldo Magela/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Requerimento de Luiz Henrique solicita presença do embaixador Azevêdo